



FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA

FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (EM REAIS)

ATIVO			
	NOTAS	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.672.509	10.993.471
Créditos a Receber	5	19.231.249	14.815.695
Convênios SES a Receber	6	124.389.729	0
Adiantamentos	5	1.625.241	1.310.026
Impostos a Recuperar	6	825.480	857.336
Estoques	7	1.790.729	1.729.965
Despesas Antecipadas		36.726	112.278
Não Circulante		154.571.661	29.818.843
Realizável a longoprazo	8	455.338	457.288
Convênios SES a Receber	6	150.479.335	0
Imobilizado (-) Depreciação acumulada	9	52.728.973	53.319.907
Intangíveis (-) Amortização acumulada		8.284	8.284
Imobilizado (-) Depr acumulada Terceiros	9.1	541.294	0
TOTAL		204.213.424	53.785.480
		358.785.085	83.604.323

PASSIVO			
	NOTAS	2018	2017
Circulante			
Fornecedores	10	7.680.373	6.963.441
Emprestimos e Financiamentos	11	4.149.460	6.136.362
Obrigações Trabalhistas	12	5.063.616	4.896.606
Provisões	13	8.592.327	8.552.945
Obrigações Sociais	14	4.868.950	5.029.389
Outras Contas a Pagar	15	2.380.884	2.667.824
Obrigações Fiscais LP	16	4.117.841	3.708.953
Convênio SES a Realizar	17	124.389.729	0
Obrigações Bancárias	11	27.456	214.984
TOTAL		160.617.545	38.170.486

NÃO CIRCULANTE			
	NOTAS	2018	2017
Emprestimos e Financiamentos	11	14.527.676	14.864.726
Convênio SES a Realizar LP	17	150.479.335	0
Outras Contas a Pagar	16	294.024	287.930
Obrigações Fiscais LP	15	95.147	195.669
Obrigações Sociais LP	14	1.087.760	451.151
Provisões LP	13	167.141	116.978
Bens de Terceiros (-) Depr Acumulada	9.1	541.294	0
TOTAL		167.192.377	15.916.453

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTAS	2018	2017
Patrimônio Social	20	24.021	24.021
Ajuste de Valor Patrimonial		49.729.754	49.729.754
Deficit/Supervit Acumulados		-18.778.611	-20.236.390
TOTAL		54.972.164	53.517.385
		358.785.085	83.604.323

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO			
	NOTAS	2018	2017
RECEITAS			
Recostas sem Restrição	21	158.309.713	152.086.437
Recostas com Restrição		104.394.141	98.723.490
TOTAL		262.703.854	250.809.927

CUSTOS DIRETOS			
	NOTAS	2018	2017
(-) Custos Diretos sem Restrição		-43.430.985	-37.935.716
(-) Custos Diretos com Restrição		-90.270.813	-85.709.664
TOTAL		-133.701.798	-123.645.380

DESEMPESAS OPERACIONAIS			
	NOTAS	2018	2017
Despesas Administrativas	23	-20.993.763	-25.313.669
Despesas com Vendas		-4.284	-2.975
Despesas Tributárias		-423.908	-390.008
Trabalho Voluntário		-113.936	-111.902
TOTAL		-22.535.891	-28.823.554

OUTRAS RECEITAS/DESEMPESAS OPERACIONAIS			
	NOTAS	2018	2017
Recostas Diversas	24	955.455	1.700.744
Corr. Previdenciária- Decreto 8.242	18	-22.825.516	-23.850.422
Corr. Previdenciária- Decreto 8.242	18	-22.825.516	-23.850.422
TOTAL		-43.695.577	-45.999.099

RESULTADO OPERACIONAL			
	NOTAS	2018	2017
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		-3.953.085	-1.803.502
Recostas Financeiras		1.150.947	1.449.867
Despesas Financeiras		-5.104.032	-3.253.369
SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO		616.522	2.024.329

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Patrimônio Social	Ajuste de Valor Patrimonial	Resultado do Período Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	24.021	49.729.754	-20.309.845	29.443.930
Ajustes de Exercícios Anteriores			-1.950.875	
Supervit do Exercício			2.024.329	2.024.329
Saldos em 31 de dezembro de 2017	24.021	49.729.754	-20.236.391	29.517.385
Ajustes de Exercícios Anteriores			84.396	
Supervit do Exercício			616.523	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	24.021	49.729.754	-18.778.611	30.975.164

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
	2018	2017	
Atividades Operacionais			
Ajuste para reconciliação do lucro líquido			
Deficit/Supervit do Exercício	616.522	2.024.329	
Ajustes de exercícios anteriores	841.256	-1.950.875	
TOTAL	1.457.779	73.454	
(Aumento) diminuição de Ativos			
Créditos a Receber	-129.120.423	4.156.690	
Impostos a Recuperar	31.856	-86.458	
Estoques	-90.765	-1.816	
Despesas Antecipadas	75.552	-67.616	
Realizável	-150.477.585	2.094.650	
TOTAL	-279.551.365	6.096.451	
Aumento (diminuição) de Passivos			
Fornecedores	-183.068	-5.278.488	
Obrigações Trabalhistas	167.011	-42.172	
Provisões	39.293	722.090	
Obrigações Sociais	-160.440	-372.719	
Obrigações Fiscais	-286.940	319.340	
Outras Obrigações	124.858	107	
Debitos	151.612	973	
TOTAL	276.046.936	-7.169.903	
Total das Atividades Operacionais	-2.046.651	-999.997	
Atividades de Investimentos			
Adições/Baixas de Imobilizado (Líquido)	590.934	871.176	
Adições/Baixas do Intangível (Líquido)	-541.294	0	
Adições/Baixas do Intangível (Líquido)	0	2.614	
Total das Atividades de Investimentos	49.641	873.790	
Atividades de Financiamento			
Emprestimos e Financiamentos	-2.323.952	-1.191.567	
Total das Atividades de Investimentos	-2.323.952	-1.191.567	
Total dos Efeitos no Caixa e Equivalentes	-4.320.963	-1.317.774	
Caixa mais Equivalentes de Caixa Iniciais	10.993.471	12.311.246	
Caixa mais Equivalentes de Caixa Finais	6.672.509	10.993.471	
Variação no Caixa e Equivalentes	-6.622.963	-1.317.774	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1. **CONTEXTO OPERACIONAL**

A FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA (HOSPITAL MARIA LUCINDA) é uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, de caráter beneficente, de assistência social à criança, o adolescente, ao adulto e ao idoso com atividade preponderante na área de Saúde. Fundada em 19/06/1929, é declarada utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 63.448 de 18/06/1968, utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº 737 de 07/07/1963 e Municipal pela Lei nº 15.309 de 05/12/1990. Segundo o estatuto social da Fundação Manoel da Silva Almeida os conselheiros, conselho, conselho diretor e conselho fiscal não serão remunerados. O resultado anual, se superávit, é aplicado na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais, não poderá, em qualquer hipótese, ser distribuído nem destinado para qualquer fim estranho ao diferente daquele que objetiva.

Relacionamos a seguir a descrição de cada unidade (Contratos de Gestão):

Unidade	Local	Contrato de Gestão
Upa Caxangá	Recife – PE	003/2011 DGAJ/SES
Upa Nova Descoberta	Recife – PE	002/2011 DGAJ/SES
Hospital Regional de Palmares	Palmares – PE	003/2011 DGAJ/SES
Hospital Ermino Coutinho	Nazare da Mata – PE	005/2011 DGAJ/SES

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Não elaboração das demonstrações financeiras de 2018, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil. Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução 1.378/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

2.2. Base de preparação

Moeda Funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para a decimal mais próximo.

Use de Estimativas

As demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. **Declaração de conformidade**

Não elaboração das demonstrações financeiras de 2018, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil. Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução 1.378/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

3.2. Base de preparação

Moeda Funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para a decimal mais próximo.

Use de Estimativas

As demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3.3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas com a Lei nº 12.101 de 27/11/2009 e a Resolução do CFC nº 1.409/2012, que aprovou a ITG 2002, referente às Entidades sem finalidade de lucros. A seguir são descritos sumário destas práticas:

- Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta corrente, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudanças de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".
- Estoques - Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contábeis não excedem os valores de mercado e referem-se a material médico, medicamentos, materiais de laboratório, material odontológico, filmes, gênero alimentício, produtos de limpeza, produtos de lavanderia, material de manutenção, impressos e material de escritório.
- Créditos a Receber - Os créditos a receber de convênios são registrados pelo valor justo com contraprestação a ser recebida.
- Imobilizado - Está demonstrado ao custo de aquisição na Nota Explicativa nº 5, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.
- Fornecedores - São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas

até as datas dos balanços.

f) Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, incluindo os custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na Nota 11.

g) Receitas e despesas - O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas dos convênios e transferências estão sendo apresentadas pelo seu valor efetivamente arrecadado. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

h) Demonstração dos fluxos de caixa - As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

i) Demais Ativos - estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

j) Demais Passivos - Os demais passivos estão apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

k) Patrimônio Social - É demonstrado pelos valores históricos, acrescidos das movimentações ocorridas no exercício.

l) Supervit ou Déficit apurado pelo regime de competência do exercício.

m) Instrumentos Financeiros - A Fundação participa em operações com diversos instrumentos financeiros, destacando-se dentre os mesmos, o banco e aplicações financeiras, contra a receber, outros recebíveis, assim como valores a pagar e outras dívidas, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa e manter seu endividamento em níveis compatíveis.

n) Os valores registrados no ativo e no passivo - circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há dois meses.

o) Tributação - A Fundação é imune de Impostos e de Contribuições para a Seguridade Social por força do artigo 150, inciso VI, alínea "c" e do § 7º do art. 195, da Constituição Federal, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária.

p) Contratos de Gestão - São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar e executar ações e serviços de saúde. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos contratantes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compenar, em base sistêmica, desde que atendidas as condições da Norma.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2018	2017
Fundo Fixo	18.700	18.700
Caixa	450	450
Banco Conta Movimento	513.338	4.918.933
Aplicações Financeiras	6.140.200	6.058.388
TOTALS	6.672.509	10.993.471

As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.

5. CRÉDITOS A RECEBER, ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS

	2018	2017
Créditos de Convênios	1.582.578	1.694.712
Créditos de Pacientes SUS	1.078.329	1.329.738
Créditos de Hemodialise	1.144.450	1.150.777
Créditos de pacientes UTI	973.016	1.364.010
Créditos de Secretaria de Saúde UPA CX (*)	2.587.199	2.584.972
Créditos de Secretaria de Saúde UPA ND (*)	1.582.539	998.992
Créditos de Secretaria de Saúde Hospital Palmares (*)	5.992.266	3.616.635
Créditos de Secretaria de Saúde Hospital Nazaré (*)	2.921.328	1.625.953
Outras	1.451.375	0
TOTALS	19.231.249	14.815.695

Adiantamento de Ordenados 288.980 231.540
Adiantamento de Férias 339.921 242.077
Adiantamento de Tratamento Odontológico 34.293 34.174
Adiantamento de 13º Salário 1.626 6.562
Adiantamento de Fornecedores 960.219 745.44